

## Artigo 38.º

**Planos de pormenor**

Os planos de pormenor ou outros planos de ordenamento a vigorarem na área do município poderão estabelecer disposições específicas sobre suportes publicitários, em complemento às disposições do presente Regulamento.

## Artigo 39.º

**Regime transitório**

Permanecem válidas, mas não poderão ser renovadas, as licenças já concedidas que violem o disposto no presente Regulamento, devendo os meios de publicidade a que respeitem ser imediatamente removidos após o termo do prazo de vigência da respectiva licença.

## Artigo 40.º

**Norma revogatória**

Com a entrada em vigor do presente Regulamento são revogadas todas as normas regulamentares sobre a matéria, em vigor no Município.

## Artigo 41.º

**Taxas**

Com a entrada em vigor deste Regulamento passarão a vigorar as taxas da tabela anexa, revogando todas as anteriores taxas.

## Artigo 42.º

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação.

## ANEXO

**Tabela de taxas publicidade**

## Ponto 1.º

**Taxas**

A afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias previstas no regulamento Municipal de Publicidade, está sujeita ao pagamento das taxas constantes na presente tabela, revogando o estipulado para a publicidade no Regulamento de Liquidação e cobrança de taxas e Licenças da Câmara Municipal de Ansião.

## Ponto 2.º

**Chapas, placas, tabuletas, letras soltas ou símbolos e outros semelhantes**

2.1 — Chapas, placas e tabuletas, por metro quadrado ou fracção: por mês ou fracção — € 10;

2.2 — Letras soltas ou símbolos, por metro quadrado ou fracção de um polígono rectangular envolvente da superfície do suporte publicitário considerado na sua globalidade: por mês ou fracção — € 10.

## Ponto 3.º

**Telas, painéis, múpis e semelhantes**

3.1 — Telas e painéis estáticos, por metro quadrado ou fracção:

- a) Por ano — € 50;
- b) Por mês — € 7,50.

3.2 — Painéis mecânicos, digitais afixados nas fachadas de edifícios e semelhantes, por metro quadrado ou fracção:

- a) Por ano — € 60;
- b) Por mês — € 10.

3.3 — Múpis, painéis mecânicos ou digitais e semelhantes, por metro quadrado ou fracção:

- a) Por ano — € 70;
- b) Por mês — € 12,50;

## Ponto 4.º

**Toldos**

Toldos por metro quadrado ou fracção, por ano — € 15.

## Ponto 5.º

**Anúncios luminosos, iluminados, electrónicos e semelhantes**

6.1 — Anúncios luminosos, iluminados e semelhantes, por metro quadrado ou fracção da superfície de um polígono rectangular envolvente da superfície do suporte publicitário considerado na sua globalidade:

- a) Por ano — € 30;
- b) Por mês — € 5.

6.2 — Anúncios electrónicos e semelhantes, por metro quadrado ou fracção da superfície de um polígono rectangular envolvente da superfície do suporte publicitário considerado na sua globalidade:

- a) Por ano — € 100;
- b) Por mês — € 20.

## Ponto 6.º

**Outros suportes publicitários**

10.1 — Nos casos de meios ou suportes de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias em que seja apenas mensurável em medidas lineares, por metro linear ou fracção:

- a) Por ano — € 50;
- b) Por mês — € 10.

10.2 — Nos casos de meios ou suportes de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias não mensuráveis por qualquer das formas referidas nos artigos anteriores e no número anterior:

- a) Por ano — € 30;
- b) Por mês — € 5.

## Ponto 7.º

**Renovação**

A renovação dá lugar ao pagamento das taxas estipuladas nos pontos anteriores.

## Ponto 8.º

**Averbamento**

Pelo averbamento é cobrada uma taxa no valor de € 20.

2611103060

**Regulamento n.º 165/2008**

Dr. Fernando Ribeiro Marques, Presidente da Câmara Municipal de Ansião, torna público no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 68.º, n.º 1, alínea v), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que em execução do que foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 22 de Fevereiro de 2008 e pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de Fevereiro de 2008, foi aprovado o seguinte Regulamento:

Nos termos da legislação em vigor, o presente regulamento entrará em vigor, 15 dias após a publicação nos termos legais.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.

18 de Março de 2008. — O Presidente da Câmara, Fernando Ribeiro Marques.

**Regulamento do Centro de Negócios****Nota Justificativa**

Considerando que o Centro de Negócios visa contribuir para o fomento de iniciativas empresariais, proporcionando aos que a ele tenham acesso um conjunto de serviços e condições que contribuam para o êxito das iniciativas;

Considerando que o Centro de Negócios cria condições para o surgimento de novos projectos empresariais, criativos e dinâmicos e que promovam e revitalizem o desenvolvimento sócio-económico local e regional;

Considerando que o grande objectivo do Centro de Negócios é o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo e inovação, sendo desse modo uma mais-valia para a criação de emprego e para uma economia local e regional forte e dinâmica;

Considerando que só um concelho com uma economia viva e empreendedora, permitirá atrair novos investidores, contribuindo assim para a criação de emprego e, correspectivamente, para a criação de riqueza;

Considerando que as jovens empresas são importantes para a inovação que se pretende introduzir na economia e na sociedade;

Considerando que face à extrema relevância deste projecto de criação e dinamização do Centro de Negócios, torna-se premente disciplinar e criar regras para o seu funcionamento e utilização;

Propõe-se, no uso das competências prevista nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e pela alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela alínea n) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14.09, a aprovação do presente regulamento.

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Localização

O Centro de Negócios de Ansião localiza-se no Parque Empresarial do Camporês, Freguesia de Chão de Couce, Concelho de Ansião, constituindo propriedade do Município de Ansião.

#### Artigo 2.º

##### Objectivos

Com a criação e implementação do Centro de Negócios pretende-se que as empresas usufruam de espaços próprios e de um conjunto de incentivos e meios comuns, como o apoio logístico e técnico (serviços de recepção e secretaria, sala de reuniões, Internet, fax), criando condições para a instalação de um “ninho empresarial”, capaz de preencher e complementar o tecido empresarial, potenciando a capacidade de empregabilidade, crescimento e desenvolvimento local e regional.

#### Artigo 3.º

##### Entidade gestora

A Entidade Gestora do Centro de Negócios de Ansião é a Câmara Municipal de Ansião, podendo, mediante protocolo, delegar na Adilcan — Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do Concelho de Ansião, tal competência.

## CAPÍTULO II

### Candidatos e candidatura

#### Artigo 4.º

##### Candidatos

1 — Ao Centro de Negócios podem candidatar-se todas as empresas, associações, instituições e outras entidades legalmente constituídas com reconhecido interesse para o tecido empresarial do Concelho de Ansião.

2 — Podem ainda candidatar-se as empresas recém-criadas no âmbito da Incubação de Empresas.

3 — Entende-se por empresas incubadoras, de acordo com o n.º anterior, os seguintes grupos alvo:

- a) Projectos inovadores;
- b) Jovens, altamente qualificados em início de carreira e com espírito empreendedor;
- c) Investigadores e outros profissionais com elevado potencial para a transposição de Saber, Experiência e Competências;
- d) Spin-offs académicos;
- e) Empresas cuja reconversão ou especialização em áreas tecnológicas emergentes potenciem a criação de novos projectos empresariais;
- f) Spin-offs empresariais.

#### Artigo 5.º

##### Candidatura

1 — A candidatura ao Centro de Negócios é apresentada através de preenchimento de formulário, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Ansião, acompanhado do plano de negócios da empresa e contemplando os seguintes pontos:

- a) Projecto empresarial a desenvolver;
- b) Denominação social;
- c) Objecto social da empresa;
- d) Descrição dos promotores — curriculum escolar e profissional;
- e) Descrição da actividade da empresa;

f) Investimento e fontes de financiamento;

g) Demonstração financeira dos últimos dois anos, nos casos das empresas já constituídas;

h) Declarações de situação regularizada junto dos serviços de Segurança Social e das Finanças.

2 — Aos elementos indicados no n.º 1, podem ser acrescentados outros que a Câmara Municipal de Ansião possa solicitar ou que os próprios candidatos entendam poder de algum modo valorizar e melhor esclarecer a sua candidatura.

3 — Sob proposta do Presidente ou do Vereador com competências delegadas, as candidaturas serão avaliadas pelo Executivo Camarário no prazo de 45 dias a contar da data da sua recepção.

4 — Avaliada a candidatura e oito dias após a deliberação do Executivo Camarário, o candidato será notificado do conteúdo daquela.

#### Artigo 6.º

##### Crítérios de selecção

Na apreciação das candidaturas o Executivo Camarário terá em conta os seguintes critérios de selecção:

- a) O empreendedorismo e o carácter inovador do projecto;
- b) Capacidade para o desenvolvimento de actividades potencialmente geradoras de novas profissões;
- c) A razoabilidade, exequibilidade e viabilidade económica e técnica do empreendimento com potencial de crescimento;
- d) A sua relevância social;
- e) Outros factores que se entendam relevantes.

## CAPÍTULO III

### Instalações e serviços/apoios

#### Artigo 7.º

##### Instalações

1 — O Centro de Negócios assegura a disponibilidade de um espaço(s) próprio(s) (gabinetes) de instalação para cada empresa que vier a acolher, equipado com kit de mobiliário de escritório e das infra-estruturas técnicas elementares.

2 — Para utilização comum, o Centro de Negócios disponibiliza serviços administrativos comuns, uma central telefónica, uma sala de reunião/vídeo-conferência, duas salas de formação, um auditório, sanitários e parque de estacionamento.

#### Artigo 8.º

##### Serviços/apoios

1 — Os serviços/apoios a prestar pelo Centro de Negócios são os seguintes:

a) Serviços de secretariado:

Atendimento telefónico/recepção;  
Atendimento e encaminhamento do público;  
Tratamento da correspondência;  
Serviços de fotocópias;  
Envio e recebimento de fax;  
Acesso Internet;  
Divulgação de actividades através dos meios informáticos;  
Segurança.

b) Outros serviços:

Serviços de limpeza e manutenção das instalações;  
Acesso a formação profissional.

2 — Às empresas poderão ser disponibilizados outros serviços/apoios de acordo com as necessidades e interesse dos projectos que venham a ser propostos.

## CAPÍTULO IV

### Utilização

#### Artigo 9.º

##### Instalações/equipamentos

1 — As empresas utilizarão em exclusivo os gabinetes cedidos. Este direito é intransmissível e utilizável apenas para os fins inerentes ao

desenvolvimento das actividades que se propõem desenvolver e que fazem parte do seu objecto social.

2 — A empresa não poderá, a qualquer título, arrendar ou ceder no todo ou em parte, os gabinetes cedidos, sob pena de resolução imediata e automática do contrato e consequente perda de direito de utilização do Centro de Negócios.

3 — A utilização das salas deverá iniciar-se no prazo máximo de dois meses após a data de outorga do contrato.

4 — As empresas deverão manter os gabinetes cedidos em estado de utilização efectiva. No caso de cessação temporária de actividade da empresa, esta deverá comunicar por escrito tal circunstância, indicando os fundamentos, a duração prevista da interrupção, e se pretende manter o direito de utilização os gabinetes cedidos. Em caso de cessação temporária de actividade da empresa, a continuidade da cedência dos gabinetes cedidos e dos demais serviços/apoios carece de autorização expressa Câmara Municipal de Ansião.

5 — A instalação e manutenção nos gabinetes cedidos de outros equipamentos adicionais, nomeadamente computadores pessoais, impressora (s), fax (s) e outros devidamente justificados, carece de comunicação e autorização da Câmara Municipal de Ansião.

6 — Todo o software a instalar nos equipamentos ligados à rede carecem igualmente de comunicação e autorização da Câmara Municipal de Ansião.

7 — Os serviços de assistência e manutenção dos equipamentos instalados por conta da empresa são da sua única e exclusiva responsabilidade.

8 — A empresa não poderá introduzir qualquer alteração nas estruturas dos gabinetes cedidos sem prévia autorização da Câmara Municipal de Ansião.

#### Artigo 10.º

##### Instalações/equipamentos comuns

1 — Os espaços comuns são utilizáveis apenas para os fins inerentes ao desenvolvimento das actividades que as empresas se propõem desenvolver e que fazem parte do seu objecto social.

2 — Consideram-se espaços comuns do Centro de Negócios:

- a) Cafeteria/bar;
- b) Duas salas de formação;
- c) Uma sala de reunião/vídeo-conferência;
- d) Um auditório;
- e) Sanitários;
- f) Sala de exposições;
- g) Parque de estacionamento.

3 — O acesso e utilização da sala de reunião/vídeo-conferência, auditório e salas de formação é gratuito e far-se-á mediante o preenchimento, por parte das empresas instaladas no Centro de Negócios, de uma requisição a entregar nos serviços administrativos da Câmara Municipal de Ansião, com a antecedência mínima de 72 horas relativamente ao dia da utilização pretendido.

4 — O acesso às instalações do Centro de Negócios, por parte de visitantes e outros indivíduos não pertencentes às empresas, só poderá ser efectuado mediante a apresentação prévia de cartão de identificação na recepção do edifício.

#### Artigo 11.º

##### Obras/reparações das instalações

1 — A Câmara Municipal de Ansião reserva para si o direito de inspecionar os gabinetes cedidos, para comprovar o seu estado de conservação e de ordenar as reparações que considere necessárias para repor as condições preexistentes à data de entrega à empresa das mesmas. Para o efeito, a empresa terá de facultar à Câmara Municipal de Ansião o acesso às salas, sempre que esta o solicite.

2 — A empresa deverá executar essas reparações dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Ansião, devendo executar imediatamente as que possam causar danos a terceiros, ou comprometer a estabilidade estrutural ou a harmonia exterior do edifício onde se situam as salas.

3 — Se a empresa não proceder no prazo estabelecido às reparações ordenadas pela Câmara Municipal de Ansião, esta poderá mandar executar as reparações a expensas suas, debitando posteriormente à empresa os correspondentes custos. Para o efeito, as pessoas encarregadas de proceder às reparações poderão ocupar as salas sem que tal acto seja considerado ilícito ou constitutivo de qualquer responsabilidade. A falta de reparação por parte da empresa no prazo fixado pela Câmara Municipal de Ansião, constituirá esta no direito de resolver imediatamente o contrato e consequentemente a cessação de utilização do Centro de Negócios.

4 — A empresa não poderá opor-se à realização, nas salas cedidas, das reparações exigidas pela manutenção geral do edifício e pela instalação

e ou manutenção dos serviços e infra-estruturas comuns. O programa de realização dessas reparações será comunicado com a antecedência mínima de 15 dias, sendo inserido no programa geral de manutenção. No entanto, na medida do possível, atender-se-á aos interesses da empresa, na fixação da data de trabalhos.

#### Artigo 12.º

##### Permanência no Centro de Negócios

1 — Os contratos a estabelecer com as empresas terão um prazo de 5 anos, considerando-se prorrogado por sucessivos períodos iguais e nas mesmas condições, enquanto, por qualquer das partes e em qualquer altura, não for denunciado.

2 — No caso de empresas incubadoras, podem permanecer no Centro de Negócios até um máximo de (3) três anos, podendo excepcionalmente e em casos devidamente justificados tal período ser prorrogado por mais 1 (um) ano.

3 — A permanência no Centro de Negócios concretiza-se através de outorga de contrato.

#### Artigo 13.º

##### Encargos

1 — Pela utilização do Centro de Negócios, a empresa está sujeita ao pagamento de uma quantia mensal de € 200,00 por cada Gabinete cedido.

2 — No caso de empresas instaladas no âmbito da Incubação de Empresas, a quantia referida no n.º 1 é reduzida em 50 %.

3 — A quantia referida no n.º 1 é determinada e revista anualmente pela entidade gestora de acordo com a taxa de inflação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.

4 — Ao valor referido no n.º 1 acresce os custos com o telefone e electricidade.

5 — O pagamento será feito mensalmente, até ao dia 8, sendo que na situação de atraso do mesmo serão acrescidos juros de mora à taxa legal em vigor.

6 — Decorridos 30 dias do prazo estabelecido para pagamento sem que o mesmo se encontre liquidado, aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 17.º do presente regulamento.

#### Artigo 14.º

##### Acesso

1 — O acesso ao interior do Centro de Negócios está condicionado ao cumprimento do seguinte horário, nos dias úteis: 08h00 — 20h00.

2 — O acesso fora do horário estabelecido no n.º 1 terá de ser previamente comunicado à Câmara Municipal de Ansião e por esta autorizado.

#### Artigo 15.º

##### Deveres/obrigações das empresas

A empresa manterá com os outros ocupantes do edifício e com a Câmara Municipal de Ansião, relações de boa convivência cívica, comprometendo-se a garantir, nomeadamente:

- a) A disciplina do seu pessoal, dos seus contratados e dos seus visitantes;
- b) O uso normal e adequado das instalações comuns e das salas cedidas;
- c) Respeito pelas normas de higiene e segurança relevantes para as actividades desenvolvidas nas instalações cedidas;
- d) Manter em bom estado de conservação e funcionamento as salas cedidas, de forma a devolvê-las à Câmara Municipal de Ansião em perfeitas condições de reutilização;
- e) Utilizar as salas cedidas apenas e só para finalidade e actividade contratualmente estabelecida;
- f) A não permitir a utilização das salas cedidas por elementos estranhos a ela e por outras empresas;
- g) As licenças e alvarás de funcionamento;
- h) Pagamento pela utilização nos prazos estabelecidos.

## CAPÍTULO V

### Disposições finais

#### Artigo 16.º

##### Taxas

Pela utilização dos espaços comuns é devida a taxa constante no anexo I.

## Artigo 17.º

**Contrato**

1 — Do contrato a outorgar fará parte o clausulado do presente regulamento.

2 — Em qualquer momento o contrato pode ser resolvido por qualquer das partes, bastando para o efeito um pré-aviso de 90 dias com indicação dos motivos.

3 — A Câmara Municipal de Ansião reserva-se no direito de resolver unilateralmente o contrato desde que os meios disponibilizados não estejam a ser devidamente utilizados/rentabilizados, ou se verifiquem situações de incumprimento do estabelecido no presente regulamento.

## Artigo 18.º

**Seguro das instalações**

1 — A empresa constituirá junto de companhia de seguros, um seguro de responsabilidade civil para cobertura de danos a terceiros, pessoais e materiais, decorrentes do exercício da actividade da empresa ou provocados pelos equipamentos por esta instalados. 2 — Será da responsabilidade da Câmara Municipal de Ansião a constituição de um seguro multi-riscos e responsabilidade civil do edifício e mobiliário.

## Artigo 19.º

**Responsabilidade civil e criminal**

A utilização do Centro de Negócios para fins, a qualquer título, designadamente através de meios informáticos, contrários às leis e bons costumes em vigor, responsabiliza directa e exclusivamente a empresa.

## Artigo 20.º

**Prazos**

Os prazos estabelecidos no presente regulamento contam-se de acordo com as regras previstas no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

## Artigo 21.º

**Competência e acção fiscalizadora**

1 — A fiscalização das disposições do presente regulamento compete à Câmara Municipal de Ansião.

2 — Aos funcionários da Câmara Municipal de Ansião em serviço de fiscalização deve ser facultado o acesso às salas cedidas às empresas e apresentados os documentos justificadamente solicitados.

## Artigo 22.º

**Norma revogatória**

São revogadas todas as disposições constantes de posturas e regulamentos municipais contrárias às do presente regulamento.

## Artigo 23.º

**Casos omissos**

Eventuais casos omissos no presente regulamento serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal de Ansião.

## Artigo 24.º

**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a publicação no *Diário da República*.

## ANEXO I

**Utilização dos espaços comuns****Taxas**

|  | Taxa<br>Valor em euros | Empresas instaladas no Centro<br>de Negócios | Empresas sócias da Ansipark |
|--|------------------------|--|-----------------------------|
| 1 — Sala de formação com computador:<br>Valor/hora   | 7,50 €                 | Gratuito                                     | 50% do valor da taxa        |
| 2 — Sala de formação sem computador:<br>Valor/hora   | 5,00 €                 | Gratuito                                     | 50% do valor da taxa        |
| 3 — Sala de reunião/vídeo-conferência:<br>Valor/hora | 5,00 €                 | Gratuito                                     | 50% do valor da taxa        |
| 4 — Auditório:<br>Valor/hora                         | 10,00 €                | Gratuito                                     | 50% do valor da taxa        |
| 5 — Sala de exposições:<br>Valor/dia                 | 300,00 €               | 50% do valor da taxa                         | 50% do valor da taxa        |

2611103061

**Regulamento n.º 166/2008****Regulamento**

Dr. Fernando Ribeiro Marques, Presidente da Câmara Municipal de Ansião, torna público no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 68.º, n.º 1, alínea v), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que em execução do que foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 22 de Fevereiro de 2008 e pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de Fevereiro de 2008, foi aprovado o seguinte Regulamento:

Regulamento do Parque Empresarial do Camporês;

Nos termos da legislação em vigor, o presente regulamento entrará em vigor, 15 dias após a publicação nos termos legais.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.

18 de Março de 2008. — O Presidente da Câmara, *Fernando Ribeiro Marques*.

**Regulamento do Parque Empresarial do Camporês****Nota Justificativa**

Considerando que o Parque Empresarial se integra numa aposta da política municipal de desenvolvimento, promoção, valorização e dinamização da estrutura produtiva local;

Considerando que o Parque Empresarial apresenta-se como fundamental para dotar a economia local de uma base produtiva mais ampla, propiciando a mobilização e concentração de potencial endógeno para a atracção de novos investimentos exteriores e a estimulação da criação de emprego, factores estes, importantes para a diversificação da estrutura produtiva e para a fixação da população jovem;

Considerando que o Parque Empresarial permitirá a captação de investimento, disponibilizando condições à instalação de actividades empresariais de natureza industrial, de serviços, de armazenagem e de comércio;

Considerando a necessidade de estabelecer regras quanto à gestão do Parque Empresarial, nomeadamente em relação às condições de atribuição de lotes, às normas ambientais e aos condicionamentos arquitectónicos e urbanísticos;

Propõe-se, no uso das competências prevista nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, conferidas pela alínea a) do